
Paulista Lajeado
Energia S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2024
e relatório do auditor independente

Relatório da Administração

Senhores e senhoras acionistas,

Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da Paulista Lajeado Energia S.A. ("Paulista Lajeado" ou "Companhia") submete à apreciação dos senhores o Relatório da Administração e as demonstrações financeiras da Companhia, com o relatório dos auditores independentes, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024. As demonstrações financeiras na íntegra estão disponíveis na sede da Companhia. Todas as comparações realizadas neste relatório levam em consideração os dados da Companhia em relação ao exercício de 2023, exceto quando especificado de outra forma.

1. Considerações iniciais

A Paulista Lajeado é uma sociedade anônima de capital fechado, controlada diretamente (59,93%) pela CPFL Jaguari de Geração de Energia Ltda. ("Jaguari Geração").

A Paulista Lajeado tem como objeto social a geração e comercialização de energia, detendo 7,0% do capital votante da Investco S.A., empresa criada com o propósito de operar a Usina Hidrelétrica Luís Eduardo Magalhães ("UHE Lajeado").

A UHE Lajeado é um importante empreendimento de geração de energia elétrica, localizada no Rio Tocantins, com capacidade instalada total de 902,5 MW, dos quais 4,15% são repassados à Paulista Lajeado.

2. Desempenho econômico-financeiro

Receita operacional: a receita operacional bruta foi de R\$ 24 milhões em 2024, representando um aumento de 4,9% (R\$ 1 milhão). As deduções da receita operacional foram de R\$ 5 milhões em 2024, aumento de 16,9% (R\$ 0,7 milhão). A receita operacional líquida foi de R\$ 19 milhões em 2024, um aumento de 2,3% (R\$ 0,4 milhão).

Geração operacional de caixa (EBITDA): em 2024, o EBITDA teve um resultado positivo de R\$ 103 milhões, representando uma variação positiva de R\$ 156 milhões, devido à redução de R\$ 155 milhões no PMSO (despesas com pessoal, material, serviços de terceiros e outros custos/despesas operacionais), devido principalmente ao efeito negativo de R\$ 50 milhões em 2023 e ao efeito positivo de R\$ 103 milhões em 2024, referente ao ajuste a valor justo do investimento, e aumento de 2,3% (R\$ 0,4 milhão) na receita líquida, parcialmente compensado pela redução nos custos com energia elétrica de R\$ 0,4 milhão.

<i>Conciliação do Lucro Líquido e EBITDA (R\$ mil)</i>		
	2024	2023
Lucro (prejuízo) Líquido	105.118	(50.006)
Depreciação e Amortização	436	2.875
Resultado Financeiro	(3.008)	(5.946)
Contribuição Social	10	0
Imposto de Renda	18	0
EBITDA	102.574	(53.077)

Lucro (prejuízo) líquido: a Paulista Lajeado apurou lucro líquido de R\$ 105 milhões em 2024, representando uma variação positiva de R\$ 155 milhões, refletindo a variação positiva de R\$ 156 milhões no EBITDA, a redução de R\$ 2 milhões nas despesas com depreciação e amortização e o resultado financeiro, que apresentou uma redução de R\$ 3 milhões.

3. Auditores independentes

A PriceWaterHouseCoopers Auditores Independentes ("PwC") foi contratada pela Paulista Lajeado para a prestação de serviços de auditoria externa relacionados aos exames das demonstrações financeiras da Companhia.

Referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, além dos serviços de auditoria das demonstrações financeiras societárias, a PwC prestou serviços de revisão tributária - Escrituração Contábil-Fiscal (ECF).

A contratação dos auditores independentes, conforme estatuto social, é recomendada pelo Conselho Fiscal da controladora CPFL Energia e compete ao Conselho de Administração deliberar sobre a seleção ou destituição dos auditores independentes.

Em linha com o previsto pela Instrução CVM 162/22, a administração possui políticas e controles que tratam, dentre outros assuntos, sobre o porte da empresa de auditoria a ser contratada para fins de auditoria das demonstrações financeiras e sobre as regras de contratação de fornecedores para serviços de auditoria e "extra-auditoria". Tal política, dentre outros motivos, tem como objetivo evitar a existência de conflitos de interesse, perda de independência ou objetividade de seus auditores independentes. Ademais, a PwC declarou à Administração que, em razão do escopo e dos processos executados, a prestação dos serviços supramencionados não afeta a independência e a objetividade necessárias ao desempenho dos serviços de auditoria externa.

4. Agradecimentos

A Administração da Paulista Lajeado agradece aos seus acionistas, colaboradores e à sociedade pela confiança depositada na Companhia no ano de 2024.

A Administração

Para mais informações sobre o desempenho desta e de outras empresas do Grupo CPFL Energia, acesse o endereço www.cpfl.com.br/ri.

PAULISTA LAJEADO ENERGIA S.A.
Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
ATIVO			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	10.208	8.552
Consumidores, concessionárias e permissionárias	6	2.456	2.064
Dividendos e juros sobre o capital próprio	10.1	-	2.711
Imposto de renda e contribuição social a compensar	7	64	9
Outros tributos a compensar	7	1.356	1.282
Outros ativos	8	1.265	804
Total do circulante		15.349	15.422
Não circulante			
Investimentos	10	139.973	37.336
Intangível	11	12.767	13.203
Total do não circulante		152.740	50.539
Total do ativo		168.089	65.961

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

PAULISTA LAJEADO ENERGIA S.A.
Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
PASSIVO			
Circulante			
Fornecedores	12	743	949
Taxas regulamentares	13	400	253
Outros impostos, taxas e contribuições a recolher	14	113	115
Mútuos entre coligadas, controladas e controladora	23	-	4.037
Dividendos a pagar	23	12.702	-
Outras contas a pagar	16	7.747	1.035
Total do circulante		21.704	6.390
Não circulante			
Imposto de renda e contribuição social a recolher	14	950	908
Total do não circulante		950	908
Patrimônio líquido	17		
Capital social		56.232	56.232
Reserva de capital		49.975	49.975
Reserva de retenção de lucros para investimento		1.122	1.122
Reserva de lucros a realizar		38.105	-
Lucros (prejuízos) acumulados		-	(48.666)
Total do patrimônio líquido		145.435	58.664
Total do passivo e patrimônio líquido		168.089	65.961

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

PAULISTA LAJEADO ENERGIA S.A.
Demonstração do resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto lucro por ação)

	<u>Nota</u>	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Receita operacional líquida	19	18.950	18.528
Custo com serviços		(7.823)	(8.238)
Custo com energia elétrica	20	(7.823)	(8.238)
Custo com operação		(11.143)	(16.062)
Depreciação e amortização		(436)	(2.875)
Outros custos com operação	21	(10.707)	(13.187)
Lucro (prejuízo) operacional bruto		(16)	(5.772)
Despesas operacionais			
Despesas com vendas		33	28
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	6	33	28
Despesas gerais e administrativas		(489)	(564)
Outras despesas gerais e administrativas	21	(489)	(564)
Outras receitas (despesas) operacionais		102.610	(49.645)
Outras receitas (despesas) operacionais	21	102.610	(49.645)
Resultado do serviço		102.138	(55.953)
Resultado de participações societárias		2.265	6.033
Resultado de participações societárias		2.265	6.033
Resultado financeiro		742	(87)
Receitas financeiras	22	987	527
Despesas financeiras	22	(245)	(614)
Lucro (prejuízo) antes dos tributos		105.146	(50.006)
Contribuição social	9	(10)	-
Imposto de renda	9	(18)	-
		(28)	-
Lucro (prejuízo) líquido do exercício		105.118	(50.006)
Lucro (prejuízo) líquido básico por ação ordinária - R\$	18	1,89	(0,95)
Lucro (prejuízo) líquido básico por ação preferencial - R\$	18	2,00	(0,95)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

PAULISTA LAJEADO ENERGIA S.A.
Demonstração do resultado abrangente para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	105.118	(50.006)
Resultado abrangente do exercício	<u>105.118</u>	<u>(50.006)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Paulista Lajeado Energia S/A

PAULISTA LAJEADO ENERGIA S.A. Demonstração das mutações no patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)

	Capital social	Reserva de capital	Reserva de Lucros		Lucro (prejuízo) acumulados	Total
			Reserva de retenção de lucros para investimentos	Reserva de lucros a realizar		
Saldos em 31 de dezembro de 2022	56.232	49.975	1.122	-	(21.114)	86.216
Resultado abrangente total	-	-	-	-	(50.006)	(50.006)
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(50.006)	(50.006)
Transações de capital com os acionistas	-	-	-	-	22.454	22.454
Reversão de dividendo adicional	-	-	-	-	22.454	22.454
Saldos em 31 de dezembro de 2023	56.232	49.975	1.122	-	(48.666)	58.664
Resultado abrangente total	-	-	-	-	105.118	105.118
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	105.118	105.118
Mutações internas do patrimônio líquido	-	-	-	38.105	(38.105)	-
Constituição de reserva de lucros a realizar	-	-	-	38.105	(38.105)	-
Transações de capital com os acionistas	-	-	-	-	(18.347)	(18.347)
Dividendos mínimos obrigatórios propostos	-	-	-	-	(12.702)	(12.702)
Partes Beneficiárias do exercício	-	-	-	-	(5.645)	(5.645)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	56.232	49.975	1.122	38.105	-	145.435

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Paulista Lajeado Energia S/A

PAULISTA LAJEADO ENERGIA S.A. Demonstração dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)

	2024	2023
Lucro (prejuízo) antes dos tributos	105.146	(50.006)
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais		
Depreciação e amortização	436	2.875
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(32)	(28)
Encargos de dívidas e atualizações monetárias e cambiais	98	405
Ajuste a valor justo em investimentos (nota 10)	(102.638)	49.607
Dividendos e juros sobre capital próprio a receber	(2.265)	(5.850)
	745	(2.997)
Redução (aumento) nos ativos operacionais		
Consumidores, concessionárias e permissionárias	(359)	5.306
Dividendos e juros sobre o capital próprio recebidos	4.976	5.975
Tributos a compensar	(74)	(32)
Outros ativos operacionais	(461)	(76)
Aumento (redução) nos passivos operacionais		
Fornecedores	(207)	(2.511)
Outros tributos e contribuições sociais	21	(200)
Taxas regulamentares	147	(113)
Outros passivos operacionais	1.066	(103)
Caixa líquido gerado pelas operações	5.854	5.249
Imposto de renda e contribuição social pagos	(82)	(1.572)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	5.772	3.677
Atividades de financiamentos		
Captação de mútuos com controladas e coligadas	8	4.117
Amortização de mútuos com controladas e coligadas	(4.124)	(397)
Caixa líquido consumido pelas atividades de financiamento	(4.116)	3.720
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	1.656	7.397
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	8.552	1.155
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	10.208	8.552

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

PAULISTA LAJEADO ENERGIA S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(1) CONTEXTO OPERACIONAL

A Paulista Lajeado Energia S.A. ("PLE" ou "Companhia"), é uma sociedade por ações de capital fechado, constituída com o objetivo principal de atuar na geração e comercialização de energia elétrica, de qualquer origem e natureza. A Companhia poderá ainda participar de outras empresas, negócios e empreendimentos voltados à atividade energética.

A Companhia é uma controlada direta da Companhia Jaguari de Geração de Energia Ltda. e indireta da CPFL Energia S.A.

A sede administrativa da Companhia está localizada na Rua Vigato, 1620 - 1º andar – sala 4 – João Aldo Nassif - Jaguariúna – SP – Brasil.

1.1 Mudanças Climáticas

Como posicionamento frente às Mudanças Climáticas, a controladora CPFL Energia declara seu compromisso com os objetivos do Acordo de Paris e com a necessidade de limitar o aumento da temperatura média global em 1,5°C, com a consequente redução e neutralização das emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE).

Anualmente, a Companhia realiza o Inventário de Emissões de GEE com base na metodologia *GHG Protocol*. Faz as medições e divulgação dos três escopos do inventário, sendo eles:

- Escopo 1: Emissões diretas que pertencem ou são controladas pela companhia
- Escopo 2: Emissões indiretas relacionadas a compra de energia elétrica e a perdas técnicas de distribuição e transmissão de energia
- Escopo 3: Emissões indiretas relacionadas à cadeia de valor

O Companhia considera em sua estratégia o Plano ESG 2030 (*Environmental, Social and Governance*), o qual demonstra as diretrizes de atuação para todos os negócios e orienta a realização de investimentos alinhados às tendências globais para o desenvolvimento sustentável. A estrutura do plano considera três compromissos principais relacionados à descarbonização das operações: (i) Gerar energia 100% renovável até 2030; (ii) Ser carbono neutro a partir de 2025¹, reduzindo 56% das emissões dos escopos 1, 2 e 3 até 2030; e (iii) Oferecer soluções de baixo carbono para nossos clientes, com metas anuais de receitas de IRECs (certificados internacionais de energia renovável) e de créditos de carbono. Para endereçar esforços de resiliência às mudanças climáticas foi divulgado em janeiro de 2025 com aplicabilidade a partir do mesmo ano, o plano que considera o compromisso de: Estabelecer planos de adaptação climática para os negócios de geração, transmissão e distribuição da CPFL, fortalecendo a resiliência de nossos ativos até 2030.

Na publicação "Nossa jornada contra as mudanças climáticas" a CPFL divulga suas estratégias, os riscos e oportunidades para o Grupo, de acordo com a metodologia *Task Force for Climate-related Financial Disclosures – TCFD* (Força-Tarefa sobre Divulgações Financeiras Relacionadas ao Clima). Adicionalmente, a cada ano também publicamos na plataforma global do *Carbon Disclosure Project (CDP)*, dando maior transparência para nossos públicos de interesse.

¹ Neutralização em 2026 referente ao Inventário de GEE 2025.

1.3 Capital circulante líquido negativo

Em 31 de Dezembro de 2024, a Companhia apresentou nas demonstrações financeiras o capital circulante líquido negativo no montante de R\$ 6.355, sendo que foi aprovado o plano de financiamento anual para suportar eventuais necessidades de caixa. A Administração tempestivamente monitora o capital circulante líquido e, sua geração de caixa para quitar suas dívidas, entre elas os dividendos, bem como as projeções de fluxo de caixa, suportam e viabilizam o plano de redução ou reversão deste capital circulante líquido.

(2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade às normas internacionais de contabilidade (*"IFRS" – International Financial Reporting Standards*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB* e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (*"ANEEL"*), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Companhia.

A autorização para a emissão destas demonstrações financeiras foi dada pela Administração em 18 de fevereiro de 2025.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas tendo como base o custo histórico, exceto para instrumentos financeiros não derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado. A classificação da mensuração do valor justo na categoria nível 1, 2 e 3, está apresentada na nota 25 de Instrumentos Financeiros.

2.3 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração da Companhia faça julgamentos e adote estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

Por definição, as estimativas contábeis podem divergir dos respectivos resultados reais. Desta forma, a Administração da Companhia revisa as estimativas e premissas adotadas de maneira contínua, baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os ajustes oriundos destas revisões são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e aplicadas de maneira prospectiva.

As principais contas contábeis que requerem a adoção de premissas e estimativas, que estão sujeitas a um maior grau de incertezas e que possuam um risco de resultar em um ajuste material caso essas premissas e estimativas sofram mudanças significativas em períodos subsequentes são:

- Nota 6 – Consumidores, concessionárias e permissionárias (Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa: principais premissas em relação à expectativa de perda de crédito esperada);
- Nota 8 – Outros ativos (Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa: principais premissas em relação à expectativa de perda de crédito esperada);
- Nota 11 – Intangível (principais premissas em relação aos valores recuperáveis);
- Nota 15 – Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas e depósitos judiciais (reconhecimento e mensuração: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos); e
- Nota 25 – Instrumentos financeiros – derivativos (principais premissas para determinação do valor justo).

2.4 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real, e as demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em milhares de reais, exceto quando for indicado de outra forma.

2.5 Informações sobre participações societárias

A Paulista Lajeado detém participação societária de 5,94% na Investco S.A., a qual está avaliada pelo seu valor justo, em conformidade com o CPC 48 – Instrumentos Financeiros. A PLE, em conjunto com a Rede Lajeado S.A., Ceb Lajeado S.A. e EDP Lajeado Energia S.A., são titulares de ações representativas de 100% do capital votante e 59,05% do capital social da Investco S.A. As referidas sociedades, juntamente com a Investco S.A., são parte do consórcio denominado “Consórcio Usina Lajeado”, cujo objetivo é a exploração compartilhada da concessão de uso de bem público para a exploração do aproveitamento Hidrelétrico Luiz Eduardo Magalhães e Sistema de Transmissão Associado.

Em conjunto com a Rede Lajeado S.A., Ceb Lajeado S.A. e EDP Lajeado Energia S.A., a Companhia firmou contrato de arrendamento de ativos com a Investco S.A. para fins de geração de energia elétrica.

(3) SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis utilizadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão descritas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de maneira consistente em todos os períodos apresentados.

3.1 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa compreendem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor justo no momento de sua liquidação e são utilizados pela Companhia na gestão das obrigações de curto prazo.

A determinação da composição de caixa e equivalentes de caixa da Companhia tem como objetivo a manutenção de caixa suficiente que assegure a continuidade dos investimentos e o cumprimento das obrigações de curto e longo prazo, mantendo o retorno de sua estrutura de capital a níveis adequados, visando à continuidade dos seus negócios e o aumento de valor para os acionistas e investidores.

3.2 Instrumentos financeiros

- Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados ou na data da negociação em que a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. O desreconhecimento de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos respectivos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

Mensuração subsequente e ganhos e perdas:

Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado (VJR): Esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado: Estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. As receitas de juros, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Instrumentos patrimoniais ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes: Esses ativos são mensurados de forma subsequente ao valor justo. Todas as variações são reconhecidas em outros resultados abrangentes e nunca serão reclassificadas para o resultado, exceto dividendos que são reconhecidos como ganho no resultado (a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento). A Companhia não detém ativos financeiros desta classificação.

Paulista Lajeado Energia S/A

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Custo amortizado: Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA): Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes, sendo essa escolha feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Avaliação do modelo de negócio:

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se:

- a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:

Para fins dessa avaliação, o “principal” é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os “juros” são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém

um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa;
 - termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
 - o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
 - os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).
- Passivos financeiros

Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que são originados ou na data de negociação em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento. As classificações dos passivos financeiros são como seguem:

- (i) Mensurados pelo valor justo por meio do resultado: são os passivos financeiros que sejam: (i) mantidos para negociação, (ii) designados ao valor justo com o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas a fim de se obter informação contábil mais relevante e consistente. Estes passivos são registrados pelos respectivos valores justos, cujas mudanças são reconhecidas no resultado do exercício e qualquer alteração na mensuração subsequente dos valores justos que seja atribuível a alterações no risco de crédito do passivo é registrada contra outros resultados abrangentes.
- (ii) Mensurados ao custo amortizado: são os demais passivos financeiros que não se enquadram na classificação acima. São reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzido de quaisquer custos atribuíveis à transação e, posteriormente, registrados pelo custo amortizado através do método da taxa efetiva de juros.

Os ativos e passivos financeiros somente são compensados e apresentados pelo valor líquido quando existe o direito legal de compensação dos valores e haja a intenção de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

As classificações dos instrumentos financeiros (ativos e passivos) estão demonstradas na nota 25.

- Capital social

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquidos de quaisquer efeitos tributários.

As ações preferenciais são classificadas como capital no patrimônio líquido. Ações preferenciais não dão direito a voto e possuem preferência na liquidação da sua parcela do capital social. As ações preferenciais têm direito a um dividendo 10% superior ao pago a detentores de ações ordinárias.

- Partes Beneficiárias

Conforme o Acordo de Acionistas da PLE, a Eletrobrás recebe partes beneficiárias para manter sua participação de 49,67% no resultado da empresa, garantindo 10% do lucro atribuível aos acionistas, antes de qualquer outra participação. Estes títulos serão convertidos em ações preferenciais sem direito a voto em 2032. Esta conversão de partes beneficiárias no final da concessão em ações preferenciais corresponderá, no momento da conversão, a 5,084% do total de ações emitidas pela PLE. O pagamento de partes beneficiárias ocorre nas mesmas datas que os dividendos ou outra forma qualquer de remuneração feita para os acionistas da PLE.

3.3 Intangível

O ativo intangível da Companhia inclui os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos como softwares, serviços e direito de desenvolvimento de sistema, de acordo com o CPC 04 - Ativo intangível. Os ativos intangíveis são registrados ao custo de aquisição ou formação e estão deduzidos da amortização acumulada que é calculada de forma linear e, quando aplicável, pelas perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. Ainda, contempla o saldo referente à Repactuação do risco hidrológico - GSF, conforme abaixo.

Repactuação do risco hidrológico (*Generation Scaling Factor - GSF*)

Em 9 de setembro de 2020 foi publicada a Lei nº 14.052 que alterou a Lei nº 13.203/2015 estabelecendo novas condições para repactuação do risco hidrológico referente a parcela dos custos incorridos com o GSF, assumido pelos titulares das usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) desde 2012, com o agravamento da crise hídrica.

A alteração legal teve como objetivo a compensação aos titulares das usinas hidrelétricas participantes do MRE por riscos não hidrológicos causados por: (i) empreendimentos de geração denominados estruturantes, relacionados à antecipação da garantia física, (ii) às restrições na entrada em operação das instalações de transmissão necessárias ao escoamento da geração dos estruturantes e (iii) por geração fora da ordem de mérito e importação. Referida compensação dar-se-á mediante a extensão da outorga, limitada a 7 anos, calculada com base nos valores dos parâmetros aplicados pela ANEEL.

Em 1º de dezembro de 2020, foi editada a Resolução Normativa ANEEL nº 895 que estabelece a metodologia para o cálculo da compensação e os procedimentos para a repactuação do risco hidrológico. Para serem elegíveis às compensações previstas na Lei nº 14.052, os titulares de usinas hidrelétricas participantes do MRE deverão: (i) desistir de eventuais ações judiciais cujo objeto seja a isenção ou a mitigação de riscos hidrológicos relacionados ao MRE, (ii) renunciar qualquer alegação e/ou novas ações em relação à isenção ou mitigação dos riscos hidrológicos relacionadas ao MRE, (iii) não ter repactuado o risco hidrológico.

Considerando a repactuação do risco hidrológico, a Administração exerceu seu julgamento no desenvolvimento e na aplicação de política contábil, conforme previsto no CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, utilizando por analogia os preceitos do CPC 04 tendo em vista tratar-se de um ativo intangível relacionado ao direito de outorga decorrente de compensação por custos incorridos. Adicionalmente considerando-se também por analogia condições previstas no referido CPC 04, o ativo que pode ser constituído pela repactuação do risco não hidrológico, é reconhecido ao valor justo, considerando a melhor estimativa da Companhia, e tendo como base os parâmetros que são determinados pela regulamentação da ANEEL, considerando os fluxos futuros esperados nesse novo período de concessão, bem como os valores das compensações calculados pela Câmara de Comercialização de Energia – CCEE. Tais montantes são transformados pela ANEEL em extensão do prazo da outorga.

Essa compensação aos geradores hidroelétricos ocorre por meio da extensão do prazo de concessão das outorgas de geração, é reconhecida como um intangível em contrapartida a compensação de custos com energia elétrica.

3.4 Redução ao valor recuperável (“impairment”)

- Ativos financeiros

A Companhia avalia a evidência de perda de valor para determinados recebíveis tanto no nível individualizado como no nível coletivo para todos os títulos significativos. Recebíveis que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre seus ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera uma abordagem simplificada de avaliação da inadimplência baseada em mensurar a perda esperada de um ativo financeiro equivalente às perdas de crédito esperadas para toda a vida de um ativo, contemplando informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

A Companhia considera um ativo financeiro como em *default* quando o devedor não cumpriu com sua obrigação contratual de pagamento e é pouco provável que quite suas obrigações.

A Companhia utiliza uma matriz de provisões para a definição de um percentual de perda baseado em suas taxas de inadimplência historicamente observadas ao longo da vida estimada do contas a receber de clientes para estimar as perdas de créditos esperadas para toda a vida do ativo, onde o histórico de perdas é ajustado para considerar efeitos das condições atuais e suas previsões de condições futuras que não afetaram o período em que se baseiam os dados históricos.

Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado

estão com “problemas de recuperação”. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
- quebra de cláusulas contratuais;
- reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

As perdas por *impairment* relacionadas à consumidores, concessionárias e permissionárias reconhecido em ativos financeiros e outros recebíveis, são registradas no resultado do exercício.

- **Ativos não financeiros**

Os ativos não financeiros com vida útil indefinida, como o ágio (“*goodwill*”), são testados anualmente para a verificação se seus valores contábeis não superam os respectivos valores de realização. Os demais ativos sujeitos à amortização são submetidos ao teste de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indiquem que o valor contábil possa não ser recuperável.

O valor da perda corresponderá ao excesso do valor contábil comparado ao valor recuperável do ativo, representado pelo maior valor entre (i) o seu valor justo, líquido dos custos de venda do bem, ou (ii) o seu valor em uso.

Os ativos (ex: ágio, intangível de concessão) são segregados e agrupados nos menores níveis existentes para os quais existam fluxos de caixa identificáveis (Unidade Geradora de Caixa – “UGC”). Caso seja identificada uma perda ao valor recuperável, a respectiva perda é registrada na demonstração do resultado. Exceto pelo ágio, em que a perda não pode ser revertida no período subsequente, caso exista, também é realizada uma análise para possível reversão do *impairment*.

3.5 Provisões

As provisões são reconhecidas em função de um evento passado quando há uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e se for provável (mais provável que sim do que não) a exigência de um recurso econômico para liquidar esta obrigação. Quando aplicável, as provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de desembolso de caixa futuros esperados a uma taxa que considera as avaliações atuais de mercado e os riscos específicos para o passivo.

3.6 Dividendo e juros sobre capital próprio

De acordo com a legislação brasileira, a Companhia é requerida a distribuir a parcela realizada do lucro estabelecida no Estatuto Social como dividendo obrigatório, não podendo este ser inferior a 25% do lucro ajustado nos termos do inciso I do artigo 202 da lei 6404/76, ou se o Estatuto for omissivo, distribuir metade do lucro ajustado conforme mesmo inciso supramencionado. Apenas o dividendo mínimo obrigatório pode ser provisionado no passivo, já o dividendo declarado ainda não aprovado só deve ser reconhecido como passivo nas demonstrações financeiras após aprovação pelo órgão competente. Desta forma, os montantes excedentes ao dividendo mínimo obrigatório, conforme rege a Lei 6.404/76, são mantidos no patrimônio líquido, em conta de dividendo adicional proposto, em virtude de não atenderem aos critérios de obrigação presente na data das demonstrações financeiras.

Conforme definido no Estatuto Social da Companhia e em consonância com a legislação societária vigente, compete ao Conselho de Administração a declaração de dividendo e juros sobre capital próprio intermediários apurados através de balanço semestral. A declaração de dividendo e juros sobre capital próprio intermediários na data base 30 de junho, quando houver, só é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia após a data de deliberação do Conselho de Administração.

Os juros sobre capital próprio recebem o mesmo tratamento do dividendo e também estão demonstrados na mutação do patrimônio líquido. O imposto de renda retido na fonte sobre os juros sobre capital próprio é sempre contabilizado a débito no patrimônio líquido em contrapartida ao passivo no momento de sua deliberação, mesmo que ainda não aprovado, por atenderem o critério de obrigação no momento da proposição pela Administração.

3.7 Reconhecimento de receita

A receita operacional do curso normal das atividades é medida pela contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços.

A receita proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia assegurada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, conforme o caso.

A receita de comercialização de energia é registrada com base em contratos bilaterais firmados com agentes de mercado e devidamente registrados na CCEE – Câmara de Comercialização de Energia Elétrica.

Em 2024 as receitas provenientes de clientes que representam 10% ou mais do total da receita bruta da Companhia é representada principalmente pela empresa CPFL Brasil R\$ 10.784 (46%) e pela Energia de Curto Prazo CCEE R\$ 9.344 (39%) e em 2023 as receitas provenientes de clientes é representada principalmente pela empresa CPFL Renováveis R\$ R\$ 10.140 (45%).

3.8 Imposto de Renda e Contribuição Social

As despesas de imposto de renda e contribuição social são calculadas e registradas conforme legislação vigente e incluem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto para os casos em que estiverem diretamente relacionados a itens registrados diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente, nos quais já são reconhecidos a valores líquidos destes efeitos fiscais.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber/compensar esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício.

A Companhia tem como metodologia de apuração de imposto de renda e contribuição social o lucro presumido pelo regime de caixa. O cálculo para recolhimento destes impostos é feito com base no percentual de presunção de lucro sobre o recebimento efetivo acrescido de 100% das seguintes receitas: ganhos de capital, rendimentos e ganhos líquidos auferidos de aplicações financeiras e demais receitas.

3.9 Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores e a média ponderada das ações em circulação no respectivo exercício. O resultado por ação diluído é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores, ajustado pelos efeitos dos instrumentos que potencialmente impactariam o resultado do exercício e pela média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos exercícios apresentados, nos termos do CPC 41/IAS 33.

3.10 Mudanças nas principais políticas contábeis

A partir de 1º de janeiro de 2024, a Companhia adotou as alterações ao CPC 26/IAS 1, referentes à Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes, emitidas pelo IFRS. As alterações visam esclarecer que a classificação de passivos com cláusulas contratuais restritivas (*covenants*) só será afetada quando o atingimento desses índices for exigido até a data do balanço.

Além disso, a Companhia levou em consideração as modificações à IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa) e à IFRS 7 (equivalente ao CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Divulgações), que esclarecem as características dos acordos de financiamento com fornecedores e exigem divulgações adicionais sobre tais acordos. Os requisitos de divulgação visam auxiliar os usuários das demonstrações financeiras a entender os impactos desses acordos sobre os passivos, fluxos de caixa e a exposição ao risco de liquidez da entidade.

Outras novas normas também entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2024, mas não afetaram materialmente as demonstrações financeiras da Companhia.

3.11 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Novas normas, emendas às normas e interpretações IFRS foram emitidas pelo IASB e ainda não entraram em vigor para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024. A Companhia não adotou essas alterações de forma antecipada na preparação destas demonstrações financeiras:

(a) IFRS 18: Apresentação e divulgação nas Demonstrações financeiras

Em abril de 2024, o IASB emitiu o IFRS 18, que substitui o IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) - Apresentação de Demonstrações Financeiras). O IFRS 18 introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados. Além disso, as entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, das quais as três primeiras são novas.

A norma também exige a divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração, subtotais de receitas e despesas, e inclui novos requisitos para a agregação e desagregação de informações financeiras com base nas “funções” identificadas das demonstrações financeiras primárias (*primary financial statements (PFS)*) e das notas explicativas.

Além disso, o IFRS 18 trouxe alterações de escopo restrito ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa), que incluem a alteração do ponto de partida para determinar os fluxos de caixa das operações pelo método indireto, de “lucro ou prejuízo do período” para “lucro ou prejuízo operacional” e a remoção da opcionalidade à classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros. Além disso, há alterações em vários outros padrões.

O IFRS 18 e as alterações nas outras normas entrarão em vigor para períodos de relatórios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com a aplicação antecipada permitida e devendo ser divulgada, embora no Brasil a adoção antecipada não seja permitida. O IFRS 18 será aplicado retrospectivamente.

A Companhia está atualmente trabalhando para identificar todos os impactos que as alterações terão nas demonstrações financeiras e suas respectivas notas explicativas.

(b) IFRS 19: Subsidiárias sem responsabilidade pública: Divulgações

Em maio de 2024, o IASB emitiu o IFRS 19, que permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS. Para ser elegível, no final do período, uma entidade deve: (i) ser uma controlada conforme definido no IFRS 10 (CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas), (ii) não possuir títulos públicos e (iii) deve ter uma controladora (final ou intermediária) que prepare demonstrações financeiras consolidadas publicadas em conformidade com os padrões contábeis IFRS.

O IFRS 19 entrará em vigor para períodos de relatório iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com aplicação antecipada permitida.

A Companhia está avaliando os possíveis impactos da adoção dessa norma, mas não espera impactos relevantes em suas demonstrações financeiras.

(c) Alterações ao CPC 18 (R3) – Investimento em Coligada, em Controlada e Empreendimento controlado em conjunto e a ICPC 09 – Demonstrações contábeis individuais, Demonstrações separadas, Demonstrações consolidadas e Aplicação ao método da equivalência patrimonial

Em setembro de 2024, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu alterações ao Pronunciamento Técnico CPC 18 (R3) e à Interpretação Técnica ICPC 09 (R3), com o objetivo de alinhar as normativas contábeis brasileiras com os padrões internacionais emitidos pelo IASB.

Paulista Lajeado Energia S/A

A atualização do Pronunciamento Técnico CPC 18 contempla a aplicação do método da equivalência patrimonial (MEP) para a mensuração de investimentos em controladas nas Demonstrações Contábeis Individuais, refletindo a alteração nas normas internacionais que agora permitem essa prática nas Demonstrações Contábeis Separadas. Essa convergência harmoniza as práticas contábeis adotadas no Brasil com as internacionais, sem gerar impactos materiais em relação à norma atualmente vigente, concentrando-se apenas em ajustes de redação e na atualização das referências normativas.

A ICPC 09, por sua vez, não tem correspondência direta com normas do IASB e por consequência estava desatualizada, exigindo alterações para alinhar sua redação a fim de ajustá-la a atualizações posteriores a sua emissão e atualmente observadas nos documentos emitidos pelo CPC.

As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2025.

(d) Alterações ao IFRS 9 e IFRS 7 – Contratos que referenciam energia provenientes de fontes renováveis

A alteração visa esclarecer situações em que os Contratos de Energia Renovável podem ser aplicados/interpretados como instrumentos de Hedge. A norma exige a aplicação a contratos para compra ou venda de itens não financeiros que possam ser liquidados em dinheiro ou outros instrumentos financeiros, com exceção para contratos que foram firmados e continuam a serem mantidos com o propósito de realmente receber ou entregar o item não financeiro de acordo com as necessidades operacionais da entidade (referindo-se a contratos que têm a intenção de entrega física do item não financeiro). Esta alteração entra em vigor a partir de 01/01/2026.

Neste viés, contanto que seus contratos de venda visem a entrega de energia e mantenham os preços definidos em contrato, e/ou os de compra para manter o lastro e cumprir contratos de venda já firmados, a Companhia poderia continuar a contabilizar esses contratos como contratos de compra e venda normais.

Assim, com base nas análises preliminares realizadas pela Companhia, não se esperam impactos para a companhia decorrentes destas alterações.

(4) DETERMINAÇÃO DO VALOR JUSTO

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

A Companhia determinou o valor justo como o valor pelo qual um ativo pode ser negociado, ou um passivo liquidado, entre partes interessadas, conhecedoras do negócio e independentes entre si, com a ausência de fatores que pressionem para a liquidação da transação ou que caracterizem uma transação compulsória.

- Intangível

O valor justo dos itens do ativo intangível é baseado na abordagem de mercado e nas abordagens de custos através de preços de mercado cotados para itens semelhantes, quando disponíveis, e custo de reposição quando apropriado.

- Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros reconhecidos a valores justos são valorizados através da cotação em mercado ativo para os respectivos instrumentos, ou quando tais preços não estiverem disponíveis, são valorizados através de modelos de precificação, aplicados individualmente para cada transação, levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas através das curvas de juros de mercado, tendo como base, sempre que disponível, informações obtidas pelo site da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão e Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais – ANBIMA (nota 25).

Paulista Lajeado Energia S/A

(5) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2024	2023
Saldos bancários	203	232
Aplicações financeiras (a)	10.005	8.320
Total	10.208	8.552

- a) Saldos bancários disponíveis em conta corrente que são remunerados diariamente através de aplicações em Certificados de Depósitos Bancários ("CDB's") e remuneração de 100,85% da variação do Certificado de Depósito Interbancário ("CDI") (89,93% da variação do CDI em 31 de dezembro de 2023).

(6) CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS

	Saldos vincendos	Vencidos		Total	
		até 90 dias	> 90 dias	2024	2023
Circulante					
Operações realizadas CCEE	530	-	73	482	321
Concessionárias e permissionárias	1957	-	26	1.983	1.978
	2.487	-	99	2.465	2.299
PECLD				(9)	(236)
Total	-	-	-	2.456	2.064

Operações realizadas na CCEE - Refere-se à liquidação de operações financeiras de compra e venda de energia. Os valores reclassificados para o longo prazo referem-se à inadimplência, majoritariamente, dos agentes geradores que, através de liminares, estão pleiteando junto à CCEE compensações aos impactos financeiros sofridos devido do risco hidrológico.

Concessionárias e permissionárias - Referem-se as provisões e faturas de vendas relacionadas à comercialização de energia elétrica. Os valores são contabilizados de acordo com o que está estabelecido nos contratos firmados entre as partes e obrigações regulatórias ligada ao negócio.

Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa ("PECLD")

As perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa são constituídas com base na perda esperada, utilizando a abordagem simplificada de reconhecimento, baseada em histórico e probabilidade futura de inadimplência. O detalhamento da metodologia de provisão está descrito na nota 25 (d).

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

	Consumidores, concessionárias e permissionárias	Total
Saldo em 31/12/2022	(334)	(334)
Reversão de provisão, líquida	98	98
Saldo em 31/12/2023	(236)	(236)
Reversão de provisão, líquida	227	227
Saldo em 31/12/2024	(9)	(9)

Paulista Lajeado Energia S/A

(7) TRIBUTOS A COMPENSAR

	2024	2023
Circulante		
Antecipações de contribuição social - CSLL	13	-
Antecipações de imposto de renda - IRPJ	41	-
Imposto de renda e contribuição social a compensar	10	9
Imposto de renda e contribuição social a compensar	64	9
Imposto de renda retido na fonte sobre juros sobre o capital próprio	478	478
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	107	62
Programa de integração social - PIS	51	51
Contribuição financiamento da seguridade social - COFINS	720	691
Outros tributos a compensar	1.356	1.282
Total circulante	1.420	1.291

(8) OUTROS ATIVOS

	2024	2023
Ordens em curso	785	660
Despesas Antecipadas	480	-
Outros	-	144
Total outros ativos	1.265	804

Ordens em curso – Compreende custos e receitas relacionados à gastos com os projetos em andamento dos Programas de Eficiência Energética (“PEE”) e Pesquisa e Desenvolvimento (“P&D”). Quando do encerramento dos respectivos projetos, os saldos são amortizados em contrapartida ao respectivo passivo registrado em Outras Contas a Pagar.

(9) CRÉDITOS E DEBITOS FISCAIS

A Companhia apresenta saldo de reconciliação dos montantes de contribuição social e imposto de renda registrados nos resultados dos exercícios de 2024 e 2023:

	2024		2023	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
Lucro (prejuízo) antes dos tributos	105.146	105.146	(50.006)	(50.006)
Ajustes para refletir a alíquota efetiva:				
Outras adições (exclusões) permanentes líquidas	(2.152)	(2.179)	(3.175)	(3.152)
Base de cálculo	102.994	102.967	(53.181)	(53.158)
Alíquota aplicável	9%	25%	9%	25%
Crédito (Débito) fiscal apurado	(9.269)	(25.742)	4.786	13.290
Crédito fiscal reconhecido (não reconhecido), líquido	9.259	25.724	(4.786)	(13.290)
Total	(10)	(18)	-	-
Corrente	(10)	(18)	-	-
Diferido	-	-	-	-

(10) INVESTIMENTOS

	2024	2023
Participações societárias permanentes	116.654	116.654
Ajuste a valor justo	23.319	(79.318)
Total investimentos	139.973	37.336

A Companhia registra em “Investimentos” a participação de 5,94% que detém no capital total da Investco S.A., sendo 28.154.140 ações ordinárias e 18.593.070 ações preferenciais, não cotadas em bolsa. A Investco S.A. é uma Sociedade criada com o propósito de operar a UHE Luís Eduardo Magalhães (antiga UHE Lajeado), nos municípios de Palmas e Miracema do Tocantins, no Estado de Tocantins, e com uma potência instalada de 902,5 MW. O investimento registrado na PLE, em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, é decorrente da participação de 5,94% no capital total da investida.

A energia produzida pela Investco e repassada à PLE, que vende esta energia para a Companhias do Grupo CPFL Energia S.A. (“Grupo CPFL”), principalmente a Companhia Jaguarí de Energia.

Por não se enquadrar como um investimento em controlada, coligada e empreendimento controlado em conjunto, tal investimento é classificado como um Ativo Financeiro, cuja mensuração deve ser efetuada ao seu valor justo, em conformidade com o CPC 48 – Instrumentos Financeiros.

O valor justo deste instrumento de Nível 3 (instrumentos cujos fatores relevantes não são dados observáveis de mercado) foi calculado utilizando a abordagem do fluxo de caixa livre para o acionista, técnica de avaliação que reflete o fluxo de caixa futuro. A Administração se baseou em premissas do orçamento plurianual, informações de mercado disponíveis e em desempenho em períodos anteriores.

As premissas utilizadas para cálculo do fluxo de caixa descontado, incluíram: (i) expectativas de volume de geração de energia; (ii) expectativas em relação aos preços futuros de energia; (iii) disponibilidade de capacidade de geração de energia; (iv) período de concessão/autorização; e (v) outras condições de mercado. A taxa de desconto utilizada pela Companhia foi de aproximadamente 11%.

Como resultado, para o exercício de 2024, a Companhia reconheceu um ajuste a valor justo neste investimento no montante de positivo de R\$ 102.637 (negativo de R\$ 49.607 em 2023), cuja contrapartida foi reconhecida na rubrica “Outros” em Custos e Despesas Operacionais.

10.1 Juros sobre o Capital Próprio (“JCP”) e Dividendos a receber

A Companhia reconheceu em resultado dividendos e JCP no montante de R\$ 2.217 (R\$ 6.007 em 2023) na rubrica “Resultado de Participações Societárias”.

(11) INTANGÍVEL

Em 2024 a Companhia apresenta saldo de R\$ 12.767 (R\$ 13.203 em 2023) que corresponde ao efeito de extensão de concessão decorrente da repactuação do risco hidrológico*. Os valores de amortização estão registrados na demonstração do resultado, na linha de “depreciação e amortização”.

(*) Repactuação do Risco Hidrológico

Em 09 de setembro de 2020, a Lei nº 14.052 foi publicada estabelecendo principalmente novas condições para a repactuação do risco hidrológico de geração de energia elétrica, com vistas à compensação por riscos não-hidrológicos às usinas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia – MRE. Em 1º de dezembro de 2020, a ANEEL aprovou a Resolução Normativa (REN) nº 895, que regulamenta a Lei nº 14.052/2020 e que deverá permitir a normalidade das liquidações do Mercado de Curto Prazo, recuperação e eficiência do mercado, com redução da percepção de risco do setor elétrico.

Baseada nessa resolução, a CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica) apresentou ao mercado e à ANEEL os cálculos individualizados por usina com o respectivo prazo de extensão de cada outorga.

Paulista Lajeado Energia S/A

Em 30 de março de 2021 foi publicada a REN nº 930, retificando o entendimento sobre o alcance dos benefícios e concedendo compensação aos geradores que repactuaram a energia do ambiente de contratação regulada (ACR) para os anos de 2012 a 2014.

Após publicação da REN nº 930/2021, o Tribunal de Contas da União (TCU) apresentou representação solicitando esclarecimentos por parte da ANEEL e determinando a abstenção da prática de qualquer ato decorrente da REN nº 930/2021, inclusive quanto a homologar valores de compensação ou estender prazo de outorga de usinas integrantes do MRE que aderirem ao art. 2º da Lei nº 14.052/2020, até que fosse analisado o mérito da representação.

Em 13 de julho de 2021, porém, foi sancionada a Lei nº 14.182/2021 que deu nova redação a Lei nº 13.203/2015, ampliando o cálculo do prazo de extensão de outorga das usinas que repactuaram o risco hidrológico e incluindo as usinas estruturantes no cálculo da compensação financeira e extensão de outorga.

Como consequência a Companhia reconheceu ativos intangíveis oriundos da extensão de concessão em contrapartida da rubrica “custos com operação”. O ativo foi reconhecido no montante total de R\$ 16.077 em 2021. Esses montantes representam o valor justo do ressarcimento ao qual a Companhia possui direito a receber, utilizando como base os cálculos efetuados pela CCEE e acrescidos de um custo de capital próprio equivalente de a 9,63%.

(12) FORNECEDORES

	2024	2023
Suprimento de energia elétrica	32	308
Encargos de uso da rede elétrica	659	605
Materiais e serviços	52	37
Total fornecedores	743	949

(13) TAXAS REGULAMENTARES

	2024	2023
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	315	235
Taxa de fiscalização da ANEEL - TFSEE	85	19
Total taxas regulamentares	400	253

(14) IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	2024	2023
Circulante		
Programa de integração social (PIS)	19	18
Contribuição financiamento da seguridade social (COFINS)	89	85
Outros	5	12
Outros impostos, taxas e contribuições a recolher	113	115
Total circulante	113	115
Não Circulante		
Imposto de renda pessoa jurídica (IRPJ)	758	725
Contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL)	192	183
Imposto de renda e contribuição social a recolher	950	908
Total não circulante	950	908

Imposto de renda pessoa jurídica – IRPJ e Contribuição social sobre o lucro líquido – CSLL: no não circulante refere-se às provisões para riscos fiscais referentes aos tributos sobre o lucro para Imposto de renda a recolher e contribuição social a recolher, sendo que para este caso é mais provável que as Autoridades Fiscais não aceitem o procedimento em questão.

(15) PROVISÕES PARA RISCOS FISCAIS E TRIBUTÁRIOS

Perdas possíveis:

A Companhia é parte em outros processos e riscos, nos quais a Administração, suportada por seus consultores jurídicos externos, acredita que as chances de êxito são prováveis devido a uma base sólida de defesa para os mesmos, e, por este motivo, nenhuma provisão sobre os mesmos foi constituída. Estas questões não apresentam, ainda, tendência nas decisões por parte dos tribunais ou qualquer outra decisão de processos similares consideradas como prováveis ou remotas.

As reclamações relacionadas a perdas possíveis, em 31 de dezembro de 2024 e 2023 estavam assim representadas:

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Cíveis	227	343
Fiscais	687	-
Fiscais - Outros	1.131	1.076
Total	2.046	1.419

A Administração da Companhia, baseada na opinião de seus assessores legais externos, acredita que os montantes provisionados (IRPJ e CSLL, Nota 14), refletem a melhor estimativa corrente.

(16) OUTRAS CONTAS A PAGAR

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Consumidores e concessionárias	18	19
Pesquisa e desenvolvimento – P&D	1.103	997
EPE, FNDCT, PROCEL (*)	17	17
Folha de pagamento	2	2
Partes beneficiárias	5.645	-
Arrendamento	961	-
Total outras contas a pagar	7.747	1.035

(*) Refere-se ao seguinte: EPE (Empresa de Pesquisa Energética); FNDCT (Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico); e PROCEL (Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica).

Pesquisa e desenvolvimento P&D: A companhia reconhece os passivos relacionados a valores já faturados em tarifas (1% da receita operacional líquida), mas ainda não aplicados nos programas de pesquisa e desenvolvimento. Tais montantes são passíveis de atualização monetária mensal, com base na SELIC, até o momento de sua efetiva realização.

Partes beneficiárias: Conforme o Acordo de Acionistas da PLE, a Eletrobrás recebe partes beneficiárias para manter sua participação de 49,67% no resultado da empresa, garantindo 10% do lucro atribuível aos acionistas, antes de qualquer outra participação.

(17) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

A participação dos acionistas no Patrimônio da Companhia em 31 de dezembro de 2024 e 2023 está assim distribuída:

	Quantidade de ações			Participação
	Ordinárias	Preferenciais	Total	
Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobrás	-	21.060.769	21.060.769	40,07%
Companhia Jaguar de Geração de Energia Ltda.	31.499.174	-	31.499.174	59,93%
Total	31.499.174	21.060.769	52.559.943	100,00%

17.1 Reserva de capital

No exercício findo em 31 de dezembro de 2005, a Companhia registrou o montante de R\$ 49.975, correspondente a 10.000 partes beneficiárias, de emissão da Companhia, que asseguram às Centrais Elétricas Brasileiras S.A. ("Eletrobrás") uma participação de 10% sobre os lucros, após a participação atribuída aos diretores. Estas partes beneficiárias deverão ser conversíveis em ações preferenciais sem direito a voto ao final de 2032.

17.2 Reserva de lucros

É composta por:

- (i) Reserva de retenção de lucros para investimento: O estatuto social prevê que a Companhia poderá destinar até 10% do lucro apurado no exercício para a constituição de reserva para investimentos ambientais. Estas reservas destinam-se ao cumprimento das obrigações referentes aos investimentos básicos de meio ambiente, assumidos na época da construção da Usina Hidroelétrica Luiz Eduardo Magalhães. Com base no acordo de acionistas vigente esta reserva não tem participação da Eletrobrás, sendo desta forma, de uso exclusivo da CPFL Jaguari de Geração da Energia Ltda. Em dezembro de 2024, o saldo da reserva é de R\$ 1.122 (R\$ 1.122 em 2023).

- (ii) Reserva de lucros a realizar de R\$ 38.105.

17.3 Dividendo

A companhia está propondo para o exercício de 2024, o montante de R\$ 12.701 como dividendo mínimo obrigatório.

17.4 Destinação do resultado do exercício

	2024
Lucro Líquido do Exercício	105.118
Absorção do Prejuízo	(48.666)
Partes Beneficiárias	(5.645)
Lucro Líquido base para destinação	50.807
Dividendo Mínimo Obrigatório	(12.702)
Reserva de Lucros a realizar	(38.105)

(18) LUCRO POR AÇÃO

Lucro por ação – básico

O cálculo do lucro por ação básico em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 foi baseado no lucro líquido atribuível aos acionistas controladores e o número médio ponderado de ações ordinárias e preferenciais em circulação durante os exercícios apresentados. Adicionalmente, conforme acordo de acionista, para fins de cálculo do lucro por ação, foi descontado do lucro líquido o valor correspondente a 10% do lucro pago ao detentor das partes beneficiárias (vide nota 3.2).

	2024	2023
Numerador		
Lucro (prejuízo) líquido atribuído aos acionistas	105.118	(50.006)
(-) atribuível as partes beneficiárias (3.2)	(5.645)	-
Lucro líquido atribuível aos acionistas	99.473	(50.006)
Denominador		
Média ponderada de ações em poder dos acionistas (ações ordinárias)	31.499.174	31.499.174
Média ponderada de ações em poder dos acionistas (ações preferenciais)	21.060.769	21.060.769
Lucro (prejuízo) líquido básico por ação ordinária – R\$	1,89	(0,95)
Lucro (prejuízo) líquido básico por ação preferencial – R\$	2,00	(0,95)

Paulista Lajeado Energia S/A

(19) RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	2024	2023
Receita de operações com energia elétrica		
Classe de consumidores		
Comercial	11.354	10.635
Fornecimento de energia elétrica	11.354	10.635
Outras concessionárias, permissionárias e autorizadas	9.344	2.542
Energia elétrica de curto prazo	2.974	9.389
Suprimento de energia elétrica	12.318	11.931
Total da receita operacional bruta	23.671	22.566
Deduções da receita operacional		
PIS	(391)	(373)
COFINS	(1.799)	(1.717)
Programa de P&D e eficiência energética	(189)	(185)
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	(2.085)	(1.526)
Outros	(258)	(237)
	(4.722)	(4.038)
Receita operacional líquida	18.950	18.528

Energia elétrica de curto prazo: redução na receita com energia elétrica de curto prazo devido a variação do GSF para repactuação do risco hidrológico entre o ano de 2024 e 2023.

(20) CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA

	2024	2023
<u>Energia comprada para revenda</u>		
Energia de curto prazo	(1.209)	(2.194)
Crédito de PIS e COFINS	112	203
	(1.097)	(1.991)
<u>Encargos do uso do sistema de transmissão e distribuição</u>		
Encargos da rede básica	(7.544)	(6.884)
Encargos de serviço do sistema – ESS líquido do repasse da CONER (*)	132	-
Crédito de PIS e COFINS	686	637
	(6.726)	(6.247)
Total dos custos com energia elétrica	(7.823)	(8.238)

(*) Conta de energia de reserva

(21) CUSTO E DESPESAS OPERACIONAIS

	Despesas operacionais							
	Custo com operação		Gerais e administrativas		Outros		Total	
	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023
Pessoal	-	-	(128)	(126)	-	-	(128)	(126)
Serviços de terceiros	(124)	(98)	(359)	(431)	-	-	(483)	(530)
Outros	(10.583)	(13.089)	(2)	(7)	102.610	(49.645)	92.024	(62.739)
Arrendamentos e aluguéis	(10.455)	(12.967)	(2)	(3)	-	-	(10.458)	(12.969)
Legais, judiciais e indenizações	-	-	-	(3)	-	-	-	(3)
Amortização de prêmio pago (GSF)	(128)	(122)	-	-	-	-	(128)	(122)
Outros (*)	-	-	-	-	102.610	(49.645)	102.610	(49.645)
Total	(10.707)	(13.187)	(489)	(564)	102.610	(49.645)	91.413	(63.395)

(*) Outros: Composto principalmente pelo ajuste a valor justo do investimento detido sobre a Investco, no montante de R\$ 102.637 (R\$ 49.607 em 2023), conforme mencionado na nota 10.

21.1 Generating Scaling Factor ("GSF")

As UHEs e algumas PCHs conectadas ao Sistema Interligado Nacional ("SIN") participam do Mecanismo de Realocação de Energia – MRE, que funciona como um compartilhamento de riscos hidrológicos entre essas usinas, uma vez que as usinas geram energia pelo comando do Operador Nacional do Sistema ONS e/ou pelo regime hidrológico, ou seja, não possuem gestão sobre o momento e montante que geram a energia. A participação neste mecanismo é proporcional à Garantia Física de cada usina, que também se configura como o limite de contrato de venda de energia de cada usina.

Quando o conjunto das usinas do MRE gera energia superior à soma das suas garantias físicas, denominada Energia Secundária, este excedente é liquidado ao valor do Preço de Liquidação das Diferenças – PLD e rateado entre as usinas participantes na proporção de suas garantias físicas. Por outro lado, se a geração do conjunto for inferior à soma das garantias físicas, haverá o *Generating Scaling Factor* ("GSF"), sendo este déficit de energia também alocado na proporção da garantia física de cada usina e consequentemente expondo-a no mercado de curto prazo, valorizando a energia faltante ao PLD.

Nos anos de 2005 a 2012, o GSF anual do MRE ficou acima de 100%, não onerando os geradores hidrelétricos, sendo que a partir do ano de 2013 este cenário começou a se alterar, agravando-se nos anos de 2014 e 2015, quando ficou abaixo dos 100% durante todo o ano.

Repactuação do Risco Hidrológico de 2015

A Lei nº 13.203, de 8 de dezembro de 2015 e a Resolução Normativa ANEEL nº 684 de 11 de dezembro de 2015, estabeleceram as condições para a repactuação do risco hidrológico de geração de energia elétrica para os agentes participantes do MRE, com efeito iniciando em 2015, atribuindo regras distintas para os contratos celebrados no Ambiente de Contratação Regulada ("ACR") e no Ambiente de Contratação Livre ("ACL"). A repactuação do risco hidrológico da parcela referente no ACR se deu por meio da transferência do risco hidrológico ao consumidor mediante pagamento de prêmio de risco pelos geradores hídricos de R\$ 9,50/MWh até o final dos contratos de venda de energia ou ao final da concessão, dos dois o menor. O pagamento deste prêmio e a transferência do GSF terão como destino a Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias ("CCRB").

Para a parcela do risco hidrológico relativa ao ACL, o risco será mitigado pela compra de Energia de Reserva, com os direitos e obrigações associados a esta aquisição assumido pelos geradores hídricos. Neste caso o prêmio de risco equivale ao preço de R\$ 2,10/MWh pela energia de reserva destinada a seu uso, que será aportado na Conta de Energia de Reserva (CONER).

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foi reconhecido no resultado o montante R\$ 128 (R\$ 122 de 2023), a título de amortização do prêmio do risco hidrológico.

Paulista Lajeado Energia S/A

(22) RESULTADO FINANCEIRO

	2024	2023
Receitas		
Rendas de aplicações financeiras	887	393
Atualizações monetárias, juros e multas	36	36
PIS e COFINS sobre outras receitas financeiras	(48)	(26)
Outros	112	124
	987	527
Despesas		
Encargos de dívidas	(17)	(76)
Atualização de débitos fiscais	(16)	(3)
Juros sobre contratos de mútuo	(98)	(405)
Atualização P&D e PEE	(30)	(40)
Outros	(84)	(90)
	(245)	(614)
Resultado financeiro	742	(87)

Outras receitas financeiras: O montante de R\$ 112 (R\$ 124 em 2023), na rubrica de receitas em outros, refere-se à multa e juros sobre saldos a receber decorrente de comercialização no mercado de curto prazo de energia elétrica. Vide detalhes na nota 6 em “Operações realizadas na CCEE”.

(23) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia tem como um dos acionistas a CPFL Jaguari de Geração de Energia Ltda., e é indiretamente controlada, na proporção de 59,93%, pela CPFL Energia S.A., que por sua vez possui as seguintes empresas como acionistas controladores:

- State Grid Brazil Power Participações S.A.

Companhia controlada indiretamente pela State Grid Corporation of China, companhia estatal chinesa cujo principal negócio é desenvolver e operar empresas no setor energético.

- ESC Energia S.A.

Companhia controlada pela State Grid Brazil Power Participações S.A.

O acionista que representa 40,07% é Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobrás

Foram considerados como partes relacionadas os acionistas controladores e coligadas, entidades com controle conjunto, entidades sob o controle comum e que de alguma forma exerçam influência significativa sobre a Companhia.

A principal natureza e transação está relacionada a seguir:

- **Compra e venda de energia e encargos** - Refere-se basicamente à compra e venda de energia pelas distribuidoras, comercializadoras e geradoras através de contratos de curto ou longo prazo e de tarifas cobradas pelo uso da rede de distribuição (TUSD). Estas transações, quando realizadas no mercado livre, são realizadas em condições consideradas pela Companhia como sendo semelhante às de mercado à época da negociação, em consonância com as políticas internas pré-estabelecidas pela Administração da Companhia. Quando realizadas no mercado regulado, os preços cobrados são definidos através de mecanismos definidos pelo órgão regulador.

Para zelar para que as operações comerciais com partes relacionadas sejam realizadas em condições usuais de mercado, o Grupo CPFL possui um “Comitê de Partes Relacionadas”, formado por representantes dos acionistas controladores, da Companhia e por um membro independente, que analisa as principais transações comerciais efetuadas com partes relacionadas.

Paulista Lajeado Energia S/A

A Administração considerou a proximidade de relacionamento com as partes relacionadas associada a outros fatores para determinar o nível de detalhes de divulgação das transações e acredita que as informações relevantes sobre as transações com partes relacionadas estão adequadamente divulgadas.

A remuneração total do pessoal-chave da Administração em 2024, conforme requerido no CPC 05 (R1) foi de R\$ 128 (R\$ 126 em 2023) e refere-se a valor registrado pelo regime de competência.

Transações envolvendo acionistas controladores, entidades sob o controle comum ou influência significativa e empreendimentos controlados em conjunto são como segue:

Empresas	Ativo		Passivo		Receita		Despesa/ Custo	
	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023
Arrendamento e aluguel								
Investco S.A	-	-	961	-	-	-	11.520	15.641
Entidades sob o controle da CPFL Energia	-	-	-	-	-	-	2	3
Contratos de mútuos								
Entidades sob o controle da CPFL Energia	-	-	-	4.037	-	-	98	405
Dividendo e juros sobre o capital próprio								
Investco S.A	-	125	-	-	2.265	6.033	-	-
Entidades sob o controle da CPFL Energia	-	-	6.393	-	-	-	-	-
Materiais e prestação de serviços								
Entidades sob o controle da CPFL Energia	-	-	31	30	-	-	-	127
Compra e venda de energia e encargos								
Entidades sob o controle comum	-	-	-	-	-	-	899	856
Entidades sob o controle da CPFL Energia	1.785	1.689	1	1	11.354	10.634	527	437

(24) GESTÃO DE RISCOS

Os negócios da Companhia compreendem, principalmente, geração e comercialização de energia elétrica. Como concessionárias de serviços públicos, as atividades e/ou tarifas são reguladas pela ANEEL.

Estrutura do gerenciamento de risco

Na Companhia, a gestão de riscos é conduzida através de uma estrutura que envolve o Conselho de Administração e Fiscal, Comitês de Assessoramento do Conselho de Administração, Diretoria Executiva, Diretoria de Auditoria Interna, Riscos e Compliance e DPO (*Data Protection Officer*), bem como as áreas de negócio. Essa gestão é regulamentada pela Política de Gestão Corporativa de Riscos que descreve e regulamenta o gerenciamento corporativo de riscos, as principais responsabilidades das partes envolvidas e os limites de exposição aos principais riscos.

Compete ao Conselho de Administração da Companhia:

- Deliberar sobre as propostas de indicadores de riscos e as metodologias de limite de risco recomendadas pela Diretoria Executiva da Companhia, além de conhecer as exposições e planos de mitigação apresentados em caso de eventual ultrapassagem desses limites;
- Orientar a condução dos negócios, observando, dentre outros, o monitoramento dos riscos empresariais exercido através do modelo de gerenciamento corporativo de risco adotado pela Companhia;
- Observar as responsabilidades previstas no Regimento Interno do Conselho de Administração.
- Zelar para que a Diretoria possua mecanismos e controles internos para conhecer e avaliar os Riscos
- Tomar conhecimento e acompanhar eventuais importantes fragilidades de controles e/ou processos, assim como falhas de aderência regulatória relevantes acompanhando planos propostos pela Diretoria Executiva da Companhia para saná-los.

Paulista Lajeado Energia S/A

Cabe ao(s) Comitê(s) de Assessoramento do Conselho de Administração, desempenhando seu(s) papel(is) de órgão(s) técnico(s), tomar conhecimento (i) dos modelos de monitoramento dos riscos, (ii) das exposições aos riscos e (iii) dos níveis de controle (incluindo sua eficácia), bem como acompanhar o andamento das ações de mitigação sinalizadas para reenquadramento das exposições aos limites aprovados, apoiando o Conselho de Administração no desempenho do seu papel estatutário relativo a gestão de riscos. Adicionalmente, orientar os trabalhos de Auditoria Interna e elaboração de propostas de aprimoramento.

Ao Conselho Fiscal da Companhia compete, entre outros, certificar que a Administração tem meios para identificar os riscos sobre a elaboração e divulgação das demonstrações financeiras aos quais a Companhia está exposta, bem como monitorar a eficácia do ambiente de controles.

À Diretoria Executiva cabe:

- Recomendar indicadores de risco e metodologias de limite ou limites de risco ao Conselho de Administração da Companhia para deliberação;
- Observar os limites de riscos definidos, devendo tomar as medidas necessárias para evitar que a exposição aos riscos exceda tais limites e reportar eventuais ultrapassagens ao Conselho de Administração da CPFL Energia, apresentando ações de mitigação;
- Recomendar alterações no Mapa Corporativo de Riscos ao Conselho de Administração da Companhia para deliberação;
- Avaliar, pelo menos anualmente, a eficácia desta Política e dos sistemas de gerenciamento de riscos e de controles internos, bem como do programa de integridade/conformidade (*compliance*) e prestar contas ao conselho de administração sobre essa avaliação;
- Submeter ao Conselho de Administração da Companhia assuntos que julgar pertinentes para o efetivo monitoramento dos riscos corporativos.

A Diretoria de Auditoria, Riscos, *Compliance* e DPO é responsável pela (i) coordenação do processo de gestão de riscos na Companhia, desenvolvendo e mantendo atualizadas metodologias de Gestão Corporativa de Riscos que envolvam a identificação, mensuração, monitoramento e reporte dos riscos aos quais a Companhia está exposta, (ii) monitoramento periódico das exposições aos riscos e acompanhamento da implantação das ações de mitigação pelos gestores dos negócios, (iii) acompanhamento e reporte dos status dos planos de mitigação sinalizados para reenquadramento das exposições aos limites aprovados, e (iv) avaliação do ambiente de controles internos da Companhia e interação com os respectivos Gestores dos Negócios, buscando a definição de planos de ação no caso de deficiências identificadas.

As áreas de negócio possuem responsabilidade primária pela gestão dos riscos inerentes aos seus processos, devendo conduzi-los dentro dos limites de exposição definidos e implementando planos de mitigação para as principais exposições, bem como desenvolver e manter um ambiente adequado de controles operacionais para efetividade e continuidade dos negócios de suas respectivas unidades de gestão.

Os principais fatores de risco de mercado que afetam os negócios são como seguem:

Risco de crédito: O risco surge da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. No segmento de geração existem contratos no ambiente regulado (ACR) e bilaterais que preveem a apresentação de Contratos de Constituição de Garantias.

Risco de mercado das comercializadoras: Esse risco decorre da possibilidade de as comercializadoras incorrerem em perdas por conta de variações nos preços que irão valorar as posições de sobras ou déficits de energia de seu portfólio no mercado livre, marcadas contra o preço de mercado da energia.

Risco quanto à escassez de energia hídrica: A energia vendida pela Companhia é majoritariamente produzida por usinas hidrelétricas. Um período prolongado de escassez de chuva pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios das usinas, comprometendo a recuperação de seu volume, podendo acarretar perdas em função do aumento de custos na aquisição de energia ou redução de receitas com a implementação de programas abrangentes de conservação de energia elétrica ou adoção de um novo programa de racionamento, como o verificado em 2001.

Gerenciamento de riscos dos instrumentos financeiros

A Companhia mantém políticas e estratégias operacionais e financeiras visando liquidez, segurança e rentabilidade de seus ativos. Desta forma possuem procedimentos de controle e acompanhamento das

Paulista Lajeado Energia S/A

transações e saldos dos instrumentos financeiros, com o objetivo de monitorar os riscos e taxas vigentes em relação às praticadas no mercado. A avaliação desse potencial impacto, oriundo da volatilidade dos fatores de risco e suas correlações, é realizada periodicamente para apoiar o processo de tomada de decisão a respeito da estratégia de gestão do risco, que pode incorporar instrumentos financeiros, incluindo derivativos.

As carteiras compostas por esses instrumentos financeiros são monitoradas mensalmente, permitindo o acompanhamento dos resultados financeiros e seu impacto no fluxo de caixa.

Controles para gerenciamento dos riscos: Para o gerenciamento dos riscos inerentes aos instrumentos financeiros e de modo a monitorar os procedimentos estabelecidos pela Administração, a Companhia possui uma assessoria financeira contratada para realizar e reportar o cálculo do *Mark to Market*, *Stress Testing* e *Duration* dos instrumentos, além de se utilizar do sistema de *software Bloomberg* para auxílio deste processo, avaliando os riscos aos quais a Companhia estão expostas. Historicamente, os instrumentos financeiros contratados pela Companhia suportados por estas ferramentas, têm apresentado resultados adequados para mitigação dos riscos. Ressalta-se que a Companhia tem a prática de contratação de instrumentos derivativos, sempre com as devidas aprovações de alçadas, somente quando há uma exposição a qual a Administração considera como risco. Adicionalmente, a Companhia não realiza transações envolvendo derivativos especulativos.

(25) INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia são como segue:

	Nota explicativa	Categoria mensuração	Nível (*)	2024	
				Contábil	Valor Justo
Ativo					
Caixa e equivalentes de caixa	5	(a)	Nível 2	10.208	10.208
Instrumentos patrimoniais	10	(a)	Nível 3	139.973	139.973
Total				150.181	150.181

(*) Refere-se a hierarquia para determinação do valor justo

Categoria/ Mensuração:

- (a) Valor justo contra o resultado
- (b) Mensurados ao custo amortizado

A classificação dos ativos financeiros em custo amortizado ou a valor justo contra resultado baseia-se no modelo de negócios e nas características de fluxo de caixa esperado pela companhia para cada instrumento.

Os instrumentos financeiros cujos valores contábeis se aproximam dos valores justos, devido à sua natureza, na data destas demonstrações financeiras, são:

- Ativos financeiros: (i) consumidores, concessionárias e permissionárias;
- Passivos financeiros: (i) fornecedores e (ii) taxas regulamentares.

a) Valorização dos instrumentos financeiros

Conforme mencionado na nota 4, o valor justo de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto (referente à data de vencimento do título) obtido da curva de juros de mercado em reais.

Os três níveis de hierarquia de valor justo são:

Nível 1: Preços cotados em mercado ativo para instrumentos idênticos;

Nível 2: Informações observáveis diferentes dos preços cotados em mercado ativo que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços);

Nível 3: Instrumentos cujos fatores relevantes não são dados observáveis de mercado.

A Companhia registra em "investimento" a participação de 5,94% que detém no capital total da Investco S.A., sendo 28.154.140 ações ordinárias e 18.593.070 ações preferenciais, não cotadas em bolsa. O objetivo principal de suas operações é gerar energia elétrica que será comercializada pelos respectivos acionistas

Paulista Lajeado Energia S/A

detentores da concessão, a Companhia registra o respectivo investimento ao seu valor de custo, o qual representa a melhor estimativa de seu valor justo, uma vez que não há informações recentes disponíveis para a apuração do valor justo, em conformidade com o CPC 48.

b) Variação das taxas de juros

Supondo que o cenário EP de exposição líquida dos instrumentos indexados a taxas de juros variáveis em 31 de dezembro de 2024 fosse mantido, a despesa financeira líquida para os próximos 12 meses para cada um dos cenários definidos seria:

Instrumentos	Exposição	Risco	Taxa no exercício	Taxa cenário provável (a)	Receita (despesa)		
					Cenário provável	Elevação/ Redução de índice em 25% (b)	Elevação/ Redução de índice em 50% (b)
Instrumentos financeiros ativos	10.004	Baixa CDI	13,65%	13,93%	1.394	1.045	697
	10.004				1.394	1.045	697
Total	10.004				1.394	1.045	697
Efeitos no resultado do exercício					1.394	1.045	697

(a) Os índices foram obtidos através de informações disponibilizadas pelo mercado.

(b) Conforme requerimento da Instrução CVM nº 475/2008, os percentuais de elevação foram aplicados sobre os índices no cenário provável.

c) Análise de liquidez

A Companhia gerencia o risco de liquidez através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, bem como pela combinação dos perfis de vencimento dos seus passivos financeiros. A tabela abaixo detalha os vencimentos contratuais para os passivos financeiros registrados em 31 de dezembro de 2024, considerando principal e juros, e está baseada no fluxo de caixa não descontado considerando a data mais próxima em que a Companhia deve liquidar as respectivas obrigações.

31/12/2024	Nota explicativa	Menos de 1 mês	Total
Fornecedores	12	743	743
Taxas regulamentares	13	400	400
Outros	16	35	35
Consumidores e concessionárias		18	18
EPE / FNDCT		17	17
Total		1.178	1.178

d) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de Consumidores, Concessionárias e Permissionárias e de instrumentos financeiros da Companhia. Mensalmente, o risco é monitorado e classificado de acordo com a exposição atual, considerando o limite aprovado pela Administração.

As perdas por redução ao valor recuperável sobre ativos financeiros reconhecidas no resultado estão apresentadas na nota 6 – Consumidores, Concessionárias e Permissionárias.

Contas a receber e Consumidores, Concessionárias e Permissionárias

A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada carteira de clientes. Contudo, a Administração também considera os fatores que podem influenciar o risco de crédito.

As taxas de perda são baseadas na experiência real de perda de crédito verificada nos últimos anos.

Caixa, equivalentes de caixa

Paulista Lajeado Energia S/A

A Companhia limita sua exposição ao risco de crédito através do investimento em títulos de dívida que tenham um mercado líquido e que o risco da contraparte (bancos e instituições financeiras) tenha um *rating* de pelo menos AA- avaliado em pelo menos uma das agências S&P, Moodys ou Fitch, e em caso de mais de 1, é considerada o menor *rating* entre elas.

A Companhia considera que o seu caixa e equivalentes de caixa têm baixo risco de crédito com base nos *ratings* de crédito externos das contrapartes. A Administração não identificou para os exercícios de 2024 e 2023 que os títulos tivessem uma mudança relevante no risco de crédito.

(26) COMPROMISSOS

Os compromissos da Companhia relacionados a contratos de longo prazo para compra de energia, em 31 de dezembro de 2024, são como segue:

Obrigações contratuais (Controladas)	Duração	Menos de 1 ano	1 - 3 Anos	4 – 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Prêmio de risco – Repactuação do risco hidrológico	11 anos	146	293	293	433	1.165
Total		146	293	293	433	1.165

**Paulista Lajeado
Energia S/A**

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

KARIN REGINA LUCHESI
Presidente

TIAGO DA COSTA PARREIRA
Conselheiro

RODRIGO MIGUEL DE OLIVEIRA
Conselheiro

DIRETORIA

KARIN REGINA LUCHESI
Diretora Superintendente

FLAVIO HENRIQUE RIBEIRO
Diretor

CONTABILIDADE

RICARDO FERNANDO FERREIRA
Gerente de Serviços Financeiros
CRC 1SP321353/O-4



Paulista Lajeado Energia S.A.

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Paulista Lajeado Energia S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Paulista Lajeado Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Paulista Lajeado Energia S.A.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

Paulista Lajeado Energia S.A.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Campinas, 26 de fevereiro de 2025

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Adriano Formosinho Correia
Contador CRC 1BA029904/O-5